



**Universidade de Brasília**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**REPRESENTAÇÃO DOS ÍNDIOS NA ESCOLA: A  
EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA**

**FERNANDA NARDES DA TRINDADE**

Brasília

2013

FERNANDA NARDES DA TRINDADE

**REPRESENTAÇÃO DOS ÍNDIOS NA ESCOLA: A  
EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada como exigência final  
para habilitação em Licenciatura em História  
do Curso de História da Universidade de  
Brasília. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edlene  
Oliveira Silva

Brasília

2013

Data da defesa oral: sexta-feira, 26 de julho de 2013.

Banca Examinadora: Professora Dra. Edlene Oliveira Silva ; (orientadora)

Professor: Dr. Anderson Ribeiro Oliva

Professora Dra. Susane Rodrigues de Oliveira.

À minha mãe, Lucienne da Conceição Nardes por apoiar meus sonhos, pelo incentivo moral e financeiro, amor, dedicação e compreensão diária, sem ela com certeza nada disso seria possível. Ao meu irmão e melhor amigo Bruno Vinicius Nardes por tudo que você representa na minha vida.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus por mais essa conquista. A minha família, por serem minha base. Ao meu namorado, amigo e companheiro de todas as horas João Paulo de Larceda Carvalho, pelo carinho, paciência, constância e ajuda em mais essa etapa. Aos meus amigos, por acreditarem em mim, pelos estímulos, favores e compreensão. Aos colegas de universidade pela companhia e incentivo

Gostaria de agradecer aos meus professores que colaboraram no meu trajeto acadêmico. Em especial a professora Edlene Oliveira Silva pela determinação, esforço e paciência que teve comigo durante estes últimos 2 anos. Ser orientada por ela foi uma experiência inigualável na qual adquirir aprendizado para uma vida. Além disso, gostaria de ressaltar minha gratidão ao professor Kelerson Semerene pelas recomendações e apoio, as professoras Neuma Brilhante por todo auxílio e paciência. Susane Rodrigues pelos conselhos e pela oportunidade de participar de um projeto que mudou a minha ótica em relação ao aprendizado acadêmico

Por fim e não menos importante a todos os funcionários e auxiliares da Universidade de Brasília que contribuíram direta ou indiretamente para que eu tivesse um bom desempenho e conseguisse vencer mais essa meta, um agradecimento especial àqueles que me apoiaram diretamente na condução desse trabalho.

Muito obrigada a cada um de vocês, com todo respeito e gratidão infinita.

## **Resumo**

O objetivo desta monografia é a análise das experiências vivenciadas na aplicação de uma oficina pedagógica sobre as populações indígenas brasileiras realizada em uma escola pública de ensino fundamental do Distrito Federal com turmas de oitavo ano. A proposta da oficina foi o de estimular os alunos a debaterem as representações que possuíam dos índios para desconstruir estereótipos e preconceitos sobre estas etnias contribuindo para a implementação da Lei 11.345/2008. Em 2008, com a sanção da Lei 11.645 pelo Presidente da República, a LDBEN é alterada, tornando-se obrigatória a inclusão das temáticas das Culturas e História dos Povos Indígenas nos currículos de todas as escolas brasileiras. A lei tornou prioritário na superação das concepções discriminatórias presentes no senso comum a respeito dos povos indígenas, das diferenças culturais e das relações interétnicas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações.

**Palavras-chave:** Representações, Índios, Oficina Pedagógica, Ensino de História.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	07
<b>Capítulo 1-</b> As Representações dos índios no imaginário dos estudantes	10
<b>Capítulo 2-</b> A Oficina Pedagógica: “História Indígena em sala de aula”	21
<b>Referências Bibliográficas</b>	33
<b>Declaração de Autenticidade</b>	
<b>Anexos</b>	

## Introdução

Essa monografia busca analisar o resultado de uma pesquisa junto a jovens do ensino fundamental de uma escola pública do Distrito Federal por meio de uma oficina pedagógica sobre história indígena brasileira.

A montagem e realização da oficina pedagógica sobre as populações indígenas na escola foi um processo longo que perpassou três disciplinas que compõem o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da Universidade de Brasília: Laboratório de Ensino de História, Prática de Ensino de História 1 e Prática de Ensino de História 2. Durante a escolha do tema e de como seria trabalhado o assunto em sala de aula, decidimos desenvolver uma oficina pedagógica com os alunos para os estimularem a conhecer e debater sobre a história e cultura indígena em sala de aula visando contribuir para desconstruir preconceitos e estereótipos sobre os índios e também para a implementação da Lei 11.645/2008. Em 2008, com a sanção da Lei 11.645 pelo Presidente da República, a LDBEN é alterada, tornando-se obrigatória a inclusão das temáticas das Culturas e História dos Povos Indígenas nos currículos de todas as escolas brasileiras. A lei tornou prioritário na superação das concepções discriminatórias presentes no senso comum a respeito dos povos indígenas, das diferenças culturais e das relações interétnicas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações. Segundo a lei,

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

A escolha da oficina pedagógica se justifica, pois é uma rica experiência de ensino-aprendizagem, de construção e reconstrução dos saberes históricos visto que,

Uma oficina é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem

(cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva. (PAVANI; FONTANA, 2009, p.77)

Porém, o uso eficaz das oficinas pedagógicas envolve planejamento coerente e metodologias que correspondam a objetivos claros e a formação crítica do estudante fomentando uma educação cidadã e o respeito à diversidade. Como pontua Fries,

A oficina deve ser um espaço que possibilite a relação entre o pensar, o agir e o sentir. Os recursos precisam ser previamente selecionados ou criados com a intenção de proporcionar momentos de reflexão, investigação e descoberta. Aos recursos deve ser dada a devida importância como um meio que proporciona a aprendizagem de conceitos (2007, p. 38).

Nas oficinas é fundamental ainda a mediação do professor, pois o docente pode utilizar da cultura, dos valores e dos conhecimentos prévios dos alunos para criar situações criativas de ensino-aprendizagem. Dessa forma, acredita-se que a oficina pedagógica permite ainda, no seu transcorrer, a oportunidade de podermos, como educadores, estabelecer uma ligação entre os temas a serem abordados e a vida concreta do estudante, tornando possível a utilização das aprendizagens compartilhadas no contexto histórico dos alunos.

A oficina pedagógica também nos possibilita fazer um diálogo entre o passado e o presente para que o discente perceba permanências e mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais sofridas por indivíduos, sociedades, conceitos e mentalidades no transcorrer dos séculos e como estas alterações/permanências influenciam o seu presente. Como assevera os PCN's, as relações entre passado e presente possibilitam aos alunos,

conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais; (BRASIL, 1998, p. 43).

Nesse sentido, para que a oficina sobre as populações indígenas no Brasil permitisse a construção de um conhecimento dos índios que respeitasse a pluralidade, as diferenças culturais e os direitos indígenas era necessário investigar qual o conhecimento prévio dos alunos sobre os índios, quais ideias e saberes que os educandos possuíam sobre os índios, representações que estão ligadas as experiências cotidianas deles na escola e na sociedade. Como afirma Sandra Jatahy Pesavento, “as representações são matrizes geradoras de práticas sociais, dotadas de força integradoras e coesivas, bem como explicativas do real. Indivíduos e

grupos dão sentidos ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (2004, p.39).

Para melhor organizar e sistematizar os dados, a pesquisa optou pela aplicação de um questionário para os alunos com questões discursivas sobre o que era ser índio e de onde tiraram essas informações. Também foi apresentado aos discentes quatro imagens de indivíduos, três deles índios e uma atriz de um conhecido programa de TV “fantasiada” de indígena para que os estudantes marcassem em que opções os sujeitos representados eram indígenas ou não, na opinião deles. Foi solicitado ainda que desenhassem um índio. Os objetivos do questionário envolveram, além de saber quais são as representações dos educandos sobre os índios, também perceber quais são as influências exercidas pelas imagens/narrativas dos livros didáticos de História e dos discursos dos professores na construção deste imaginário. Este questionário foi aplicado no dia 03 de maio de 2013, para 28 alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma escola pública do GDF.

Os dados levantados, mesmo com um número pequeno de estudantes, são significativos das representações sobre os índios em parte do imaginário dos estudantes. As imagens coletadas também demonstraram a necessidade de problematizar, debater e desconstruir estereótipos e preconceitos relativos às populações indígenas.

## Capítulo 1

### As Representações dos índios no imaginário dos estudantes

Na pergunta “o que é índio para você?”, a maioria das respostas dos alunos relaciona-se ao índio idealizado, representações que congelam o ser índio ou o tornar-se índio no sentido de auto-determinação identitária num tempo e num espaço determinado/imaginado, ou seja, o século XV-XVI, sem atentar para as transformações das tradições, das culturas pelas diversas experiências, específicas histórias (externas e internas) de cada grupo. Estudar as representações do indígena é relevante para entendermos como na longuíssima duração, apesar das resignificações e mudanças, concepções do passado continuam presentes na cultura escolar e na sociedade brasileira, informando ideias/attitudes políticas referentes aos indígenas, delimitando seus espaços de atuação, de convivência e veiculando preconceitos contra o índio.

Segundo algumas definições dos estudantes índios eram: os que *“vivem na floresta e cultivam os seus alimentos”*; *“uma pessoa vive na mata, toma banho no rio, caça, faz remédio de plantas, come peixe”*; *“Foram os primeiros habitantes do Brasil”*; *“São pessoas que vivem na floresta”*; *“São homens e mulheres que vivem sem vergonha, com partes do corpo nus e tem outros costumes, alguns religiões diferentes”*; *“índios são um grupo de pessoas que vivem numa tribo no meio da natureza”*; *“índio é uma pessoa pelada que só anda com pedaços de folhas na frente e atrás”*; *“índios são pessoas que moram na mata”*; *“É um homem que vive na mata, não compra seu alimento, caça para comer e pesca nadando e caçando muitos animais”*; *“Índios são pessoas que moram na mata; “é um povo que mora na aldeia”*; *“são aquelas pessoas que usam brincos enormes nas orelhas e moram numa oca”*; *“é um povo de gente que banha todo dia e pesca”*.

Essas respostas refletem várias matrizes de sentido construídas historicamente sobre as populações indígenas brasileiras, como as do índio puro, original, genérico que vivia em harmonia com o meio ambiente, como nas imagens descritas por Pero Vaz de Caminha em sua carta ao monarca português D. Manuel I, em 1500.

A Carta de Pero Vaz de Caminha é um dos documentos mais citados da história colonial brasileira nos livros didáticos. Considerada por muitos como “a certidão do nascimento do Brasil” revela a primeira impressão que o colonizador português teve do

território brasileiro, um “mundo novo”, habitado por pessoas diferentes e com costumes estranhos aos seus. Essa carta é considerada de grande importância para o estudo do imaginário dos europeus dos séculos XV e XVI.

A Carta mostra imagens paradisíacas sobre o novo mundo “encontrado” e um indígena idealizado a partir das expectativas europeias do Paraíso Terrestre: “pessoas bonitas e de ânimo gentil”, “espontâneo em cada gesto e capazes de entusiasmo para com a menor coisa”. “Gente que vive inocente como os animais livres, os homens são fortes e as mulheres belas e inocentes”, “não fazem nenhum caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas”. O Brasil como “uma terra de bons ventos e ares”, “cheia de cores e muito fértil: o que nela se plantar dará” (CASTRO, 2003, p.88-91).

Estas imagens contribuíram para a construção do mito do bom selvagem. Como assevera Novaes,

Criou-se a imagem do bom selvagem; um corpo nu integrado à natureza; índios eram trasladados do Brasil para cortes européias a fim de que fossem exibidos em procissões de festejos mundanos; e via-se neles figuras destituídas de preconceitos, alheios às convenções de toda a ordem, estranhos ao constrangimento das modas, das formalidades. O imaginário criado em torno do bom selvagem teve uma força realmente extraordinária (1988, p.41).

Nas respostas dos estudantes percebe-se também outras imagens/discursos que se relacionam às visões sobre os índios na carta de Caminha como os tipos de adornos, o tipo de cabelo dos indígenas e o fato de vivenciarem uma prática de trabalho sustentada basicamente na caça, pesca e na coleta de frutos, não produzindo bens econômicos para serem comercializados. Segundo Caminha,

trazem o lábio de baixo furado e metido nele um osso branco (...) de maneira a não prejudicar o falar, comer e o beber. Os cabelos deles são corredios; andam tosquiados, de tosquia alta, mais de que verdadeiramente de leve, de boa grandeza e rapados até por cima das orelhas (CASTRO, 2003, p.115).

Quanto ao argumento de não serem produtivos liga-se a lógica mercantilista própria do século XV e XVI e demonstra o desejo do europeu em projetar sobre o outro a imagem que tinha de si mesmo. Ou seja, o colonizador utilizava como referência para medir e julgar outras culturas diferentes da sua, seus valores e crenças. Por essa razão, uma dos objetivos que legitimou a conquista de povos e terras americanas foi a ideia de que traziam consigo uma missão civilizatória e cristã, levando o verdadeiro Deus e ensinando melhores hábitos e

comportamentos aos índios, transformando-os em seres humanos civilizados. Nesta perspectiva, os europeus se viam como benevolentes para com aqueles povos.

Ou seja, os índio imaginado pelos estudantes é aquele não passou pela história do contato entre colonizadores e as populações indígenas, não sofreu o processo dinâmico de transformações que envolveu extermínio e destruição de muitas das suas culturas, além de adaptações e novas formas de vida no transcorrer do tempo. No discurso dos estudantes percebe-se termos carregados de sentidos e significados. O uso da palavra tribo, por exemplo, é recorrente nas falas dos alunos. Segundo Silva o termo está ligado a uma,

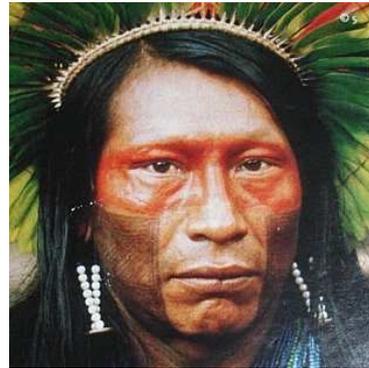
perspectiva etnocêntrica e evolucionista de uma suposta hierarquia de raças pela qual os índios ocupariam obviamente o último degrau. São ainda imortalizados pela literatura romântica produzida no século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresenta dos índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais Ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis (2012, p. 215).

Esses dados são muito importantes para a delimitação dos objetivos da nossa oficina pedagógica, pois evidencia que as concepções idealizadas dos índios cristalizadas no imaginário dos alunos são inadequadas para pensar a problemática indígena no Brasil, sobretudo nos dias atuais. Dentro da lógica do verdadeiro e do falso índio, muitos alunos acreditam não existir uma pluralidade identitária dos indígenas, ou seja, índios vestidos, morando em casa de alvenaria, trabalhando, que usam computador ou qualquer tipo de tecnologia, andando de terno ou fazendo cursos universitários. Estes, não são considerados índios por se diferenciarem das imagens que os estudantes possuem do que acreditam ser índio. Podemos observar melhor essa problemática por meio das respostas dadas por eles a questão abaixo. As narrativas dos estudantes sobre as fotografias também é bastante reveladora.

**Observe as figuras abaixo e responda:**



(1)



(2)

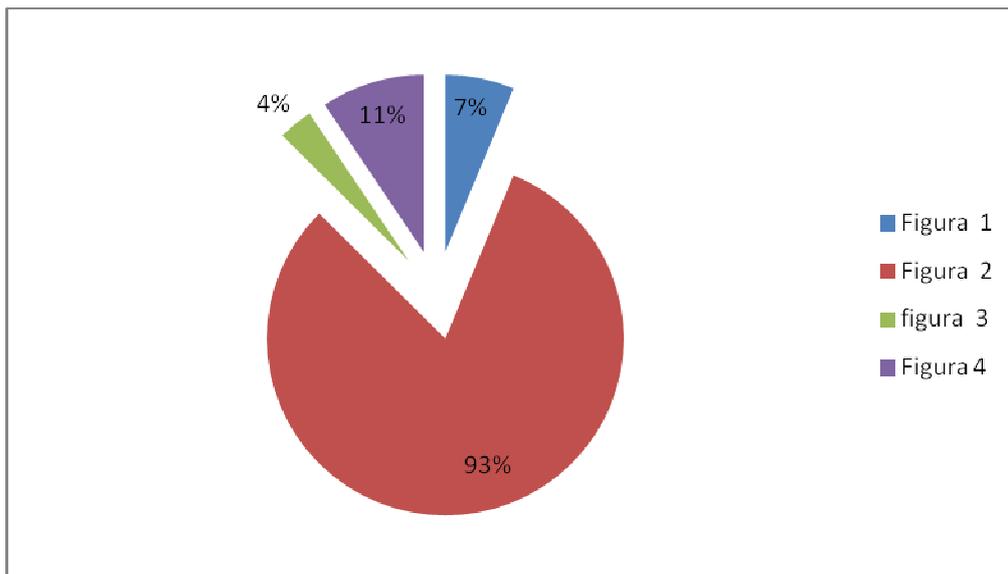


(3)



(4)

**Das figuras acima quais que você considera ser índio(a) ?**



Quase todos os estudantes optaram pela imagem de número 2 (93% dos alunos), como a que representaria um índio. Ao perguntarmos o porquê da escolha as respostas demonstram um imaginário que se configura a partir de dados específicos fenotípicos e culturais das populações indígenas definidos como únicas possibilidades identitárias e de reconhecimento do ser índio. Segundo os alunos o sujeito representado na figura 2 seria índio, pois: *“tem o rosto de índio”*; *“Porque ele está vestido como um índio verdadeiro”*; *“ele tá com o rosto pintado e tá com esse cocar na cabeça e tá usando brinco”*; *“Porque os outros índios das outras figuras não se parecem com índio porque usam terno, estão vestidos, usam computador”*; *“por que índio não usa computador”*; *“Porque todos índios usam um tipo de peteca na cabeça”*; *“Por causa dos acessórios e tintas no seu rosto e partes do corpo”*; *“Por que tem mais aparência de ser índio”*; *“Porque parece um pouco mais índio pelos desenhos que vejo me parece índio”*; *“Por causa do rosto pintado, olhos, e os objetos que ele está usando”*; *“por causa das penas na cabeça o rosto pintado e os brincos”*; *“Pelo olho mais puxado e estilo índio”*; *“Por que índio não usa terno, computador e ela é atriz.”*; *“Por que eu já vi fotos de índio”*; *“Porque está igualzinho a um índio”*; *“A forma do rosto e do cabelo”*; *“ele está vestido como índio brasileiro”*; *“porque é um índio, ele está com estilo de índio, porque ele está pintado”*; *“porque a maioria dos índios são assim”*; *“Eu considero o personagem 2 por causa da cara dele”*; *“Porque sua característica são parecidas com as de um índio”*; *“Porque ele está com penas na cabeça e brincos nas orelhas que o índio usa”*; *“pois ele tem as características e se veste como índio”* *“por causa do seu rosto e seu cabelos com a cara pintada”*.

As respostas dos alunos demonstram a dificuldade de compreender o conceito de índio hoje. Por essa razão, desconstruir preconceitos e estereótipos e discutir as possibilidades de ser índio no Brasil atual foram os objetivos principais da nossa oficina pedagógica. Em primeiro lugar, é importante atentar que o termo índio foi inicialmente uma identidade pejorativa atribuída pelo colonizador. Cristóvão Colombo acreditando haver chegado nas índias orientais, percorrendo rotas marítimas pelo ocidente, ao deparar-se com os habitantes das terras atingidas passa a chamá-lhes indistintamente índios, tornando-se então (índio) uma classificação homogeneizante, pois engloba em uma única categoria culturas muito diferentes. No entanto, o conceito índio foi resignificado no processo histórico dos movimentos indígenas e tornou-se importante instrumento de luta política e identitária. Como sublinha Caleffi, na categoria índio,

a classificação identitária atribuída pelo colonizador, passou a ser uma categoria de luta e uma identidade que, de atribuída tornou-se politicamente operante, justamente por somar sob uma única classificação grupos étnicos diferenciados, que tiveram nesta soma, sua força aumentada. (2003, p.22)

Nessa perspectiva, é importante debater com os estudantes o conceito de índio na atualidade e que o uso do termo, não significa, de forma alguma, abrir mão de suas identidades específicas, pelo contrário é a partir desta união que a luta pelos direitos indígenas tem atingido maiores êxitos em suas pautas políticas/culturais.

Sobre ser índio no séc. XXI significa ser portador de um *status* jurídico, que lhe garante uma série de direitos. É fazer parte de uma coletividade que, "por suas categorias e circuitos de interação, distingue-se da sociedade nacional, e reivindica-se como "indígena". Ou seja, percebe-se como descendente dos indígenas que viveram aqui no Brasil. Esta conceituação está baseada no critério antropológico de auto-identificação dos grupos étnicos, trazendo implícita a noção de respeito a alteridade e ao poder de auto-nomeação das coletividades. E insere-se igualmente no conjunto de disposições internacionais, como a Nações Unidas que discorre que:

as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. (LUCIANO, 2006, p.27)

Dessa forma, cobrar uma imutabilidade das tradições e práticas das populações indígenas desde a chegada dos portugueses ao Brasil, no século XV até a contemporaneidade é desconsiderar a natureza da história e da cultura, sempre cambiante e que se constrói em contato com outras culturas e nas relações sociais. Além disso, é preciso sublinhar que as mudanças podem ser formas de resistências, adaptações e sobrevivência das populações indígenas e muitas dessas transformações são resultados dos contatos com os europeus e com as populações "nacionais". Também é preciso ressaltar que os índios tem o direito de escolher novas formas de vida por conta própria, não tendo que passar a vida dentro de uma aldeia para ter sua identidade respeitada. Eles podem fazer cursos universitários, usar computadores para se conectarem com o mundo e fazer negócios, organizarem seus movimentos. Podem tornar suas terras produtivas dentro do modelo capitalista ou não. A terra

é deles e fazem o que quiserem com elas. Ainda é caro lembrar que existem índios no meio urbano. Inúmeras cidades brasileiras possuem etnias indígenas no seu interior. Ou seja, há várias maneiras de ser índio e estas devem ser respeitadas. Segundo Caleffi,

No Brasil encontramos vários grupos oriundos de diferentes povos indígenas que habitam de forma diferenciada o meio urbano; alguns vêm até a cidade para vender seu artesanato, para procurar algum tipo de assistência ou outro motivo que os faça permanecer durante um período na cidade, algumas vezes inclusive configurando uma sazonalidade. E outros que por diferentes motivos saíram das áreas e terras indígenas e configuram-se como moradores do meio urbano. É sobre estes últimos que o estigma do questionamento sobre suas identidades paira (2003, p.38).

A dificuldade dos estudantes em reconhecer a persistência de traços culturais e identidades indígenas em índios inseridos em contextos de contato interétnico, em condições de hibridização pode ser percebida no uso da linguagem que atribui aos índios um lugar no imaginário do estudante quase sempre num verbo/ tempo passado. O vocábulo passado aparece em inúmeras falas: *“Um povo antigo que vivia a vida no passado”*; *“Para nós termos a noção do passado”*, *“porque isso é no passado”*. Tais discursos demonstram um apagamento das populações indígenas no presente. Ao investigarmos de onde os estudantes obtiveram essas informações, o professor e os livros didáticos aparecem como as fontes de autoridades que informam sobre os índios. Ou seja, as representações são construídas em nosso imaginário a partir de múltiplos emissores. Incorporamos na construção dos nossos conceitos definições e conceitos hegemônicos e naturalizados que circulam como verdade. Dessa maneira, além de receptores nos tornamos novos emissores de determinados estereótipos sobre o Outro, sem atentarmos para questioná-las, portanto, desnaturalizá-los. É importante pensar a linguagem como importante veículo de consolidação e perpetuação de representações sociais. Conforme Jodelet,

as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm (2001, p.38).

Segundo Circe Bittencourt a utilização no livro didático dos verbos para se referir as populações indígenas é

um tratamento que eliminava sua existência contemporânea. O índio dos livros didáticos era ainda o nativo encontrado pelos portugueses no século XVI, não o

índio degradado pela conquista europeia que persistia em sobreviver nos séculos posteriores. Esse índio não poderia simbolizar nossas raízes. Esse índio como se já tivesse desaparecido e sem nenhuma relação com os seus vilipendiados descendentes contemporâneos. (2005, p.37)

Os índios aparecem praticamente só no capítulo destinado a História colonial, ignorando-o na formação e transformação da nossa sociedade. Essas visões compartilham a fatalidade de extinção dessas sociedades e apresentam os índios como donos de uma identidade fixa. Como pontua Silva pensando a construção das identidades fixas e essencializadas,

Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas mais privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença ( 2004, p.83)

Nesse sentido, os livros didáticos – assim como outras fontes históricas – também podem ser vistos como o resultado do “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1992, p. 548). Portanto, a colocação dos índios no verbo/tempo passado cria e (re)cria a memória presente sobre o passado. Segundo Pierre Nora, a memória é fenômeno sempre atual, como “um elo vivido no eterno presente” (1993, p.09) que alimenta e reconstrói a história. Já a história, enquanto “representação incompleta e problemática do passado” (1993, p.09), é rememorada segundo as necessidades presentes de cada sociedade. Ou seja, são os sujeitos do presente que determinam que trechos do passado querem destacar, silenciar, modificar, etc e de que forma.

As respostas dos questionários mostram que o saber dos estudantes sobre os índios são fundamentados nos discursos do livro didático e dos professores, o que demonstra o alcance das representações presentes nas obras didáticas e sua incidência sobre as memórias, os imaginários, as práticas sociais e as identidades dos estudantes, merecendo, por isso uma atenção especial dos professores e pesquisadores. Como sublinha Melo,

(...) a imensa maioria, praticamente quase o total do alunado, não lerá no futuro outros livros de História, nem terá informações históricas de fontes mais adequadas, é o texto escolar, o compêndio, o instrumento privilegiado que marcará a visão e o entendimento da história ensinada ao aluno. Este orientará seus conhecimentos vividos e historicizados, como interpretações e versões dos fatos tidos memoráveis, provavelmente para o resto da vida (2008, p.29)

Portanto, o livro didático deve ser objeto de indagação, envolvendo os vários elementos que interferem na sua produção, circulação e consumo (PCN's, 1998, p.33). Como qualquer outro texto historiográfico, esses materiais apresentam visão específica do passado, elaborada a partir de valores, intencionalidades e contextos sociais, culturais e institucionais dos autores.

Outro discurso dos estudantes relevante para problematizar os saberes sobre os indígenas refere-se à colonização portuguesa: “*Quando descobriram o Brasil tinha muitos indígenas aqui*”; “*Quando os portugueses chegaram avistaram vários índios*”; “*Os portugueses chegaram e aprenderam costumes dos índios*”. Essa informação é importante para debater como alunos na oficina pedagógica sobre essa ideia de “descoberta e chegada” do colonizador. Problematizar que os portugueses não descobriram um novo mundo porque o Brasil era um território antigo e como uma história complexa de milhares de anos. A expressão descoberta só faz sentido do ponto de vista da mentalidade europeia. Quanto ao termo chegar também deve ser discutido, pois ele não é adequado para se pensar o projeto colonizador. Além disso, continuar a se referir a colonização europeia como descoberta ou chegada é manter a visão e as perspectivas europeias sobre os indígenas. Como demonstra Susane Rodrigues em seu estudo sobre as representações dos estudantes sobre os índios da América pré-colombiana,

observamos que quando se trata da América pré-colombiana a maior parte deles ainda possui como referência a colonização, a ideia de “descoberta” da América/Brasil e o papel desempenhado pelos conquistadores/colonizadores europeus. De fato, esses estudantes reconhecem a presença de indígenas na América antes chegada dos europeus no continente. Entretanto, os indígenas ainda são vistos de forma generalizada e homogênea, enquanto os personagens históricos mais relevantes do período colonial continuam sendo os europeus conquistadores, entre eles Colombo e Cabral; o que é bastante revelador da presença de um conhecimento histórico que exalta os europeus como principais protagonistas na História da América. Desse modo, a América pré-colombiana aparece no imaginário dos estudantes como um território a ser conquistado, escravizado e colonizado. Nesse quadro de pensamento, a História das sociedades indígenas se resume ao seu contato com os europeus, já que sua existência e importância estão relacionadas aos europeus e à colonização; a América indígena parece assim representar um território sem História que necessita ser colonizado/subjugado/descoberto (2011,p.190-191).

Ou seja, é uma inversão da História, ao marcar o início, o nascimento dos povos indígenas a chegada dos europeus e não a partir da história deles que é muito anterior. É também uma forma de não reconhecimento dos direitos desses povos às terras onde viviam, o que justifica a colonização.

Outro dado importante das respostas dos estudantes é a presença de adjetivos

pejorativos que se fundamenta na lógica evolucionista para se referir aos indígenas: “*Pessoas primitivas*”; “*povos indignos*”; “*é uma espécie de selvagem*”. Nessa perspectiva, os índios são visto como sendo sem civilização, sem cultura, incapazes, selvagens, preguiçosos, traiçoeiros etc. A visão dos índios como selvagens foi construída pela Igreja e pelo Estado colonial e rerepresentado nos séculos posteriores. Dessa maneira, é necessário que os alunos problematizem o etnocentrismo, um jeito de ver o mundo no qual um determinado povo está no centro geográfico e moral, ponto a partir do qual todos os outros povos são medidos e avaliados, o que pode/gera posições ou ações de intolerância e preconceitos com grupos/indivíduos que não coadunam com os mesmos padrões culturais/sociais hegemônicos.

Essas concepções depreciativas dos índios são reforçadas/construídas pelas atividades pedagógicas realizadas no Dia do Índio. Quando perguntamos como era a comemoração do dia do índio na escola, as respostas dos estudantes evidenciam uma dificuldade da escola em debater adequadamente a questão indígena. “*Quando é o dia dos índios eles mandam a gente desenhar e falar um pouco sobre eles*”; “*No dia do índio faço vários desenhos*”; “*porque tem que se fantasiar de índio e as pessoas não gostam*”. Mesmo existindo controvérsia sobre a importância e a validade do dia do índio, este é um dos poucos momentos do ano onde a grande maioria da população brasileira é lembrada da existência dos Povos Indígenas, sobretudo por conta das atividades escolares realizadas nesse período. No entanto, grande parte das instituições escolares não faz desse dia um momento significativo, pois não o utilizam para promover debates sobre as questões a respeito da história dos indígenas no passado e no presente e seus direitos constitucionais e o descumprimento desses direitos pelo Estado e parte da sociedade. Ao invés disso, muitas escolas trabalham o dia do índio de maneira inadequada, sob o signo do exótico e do passado, reforçando imagens pejorativas, estigmas e preconceituoso contra os indígenas.

O estranhamento é outro elemento a ser considerado nas narrativas dos discentes. Como demonstram as falas a seguir: “*Um índio para mim é um povo estranho porque eles não gostam de conversar com a gente que não é igual a eles, não somos parecidos com eles*”; “*índio pra mim é só mais um ser humano só que com hábitos diferentes*”. Sobre o estranhamento, Oliva afirma que os “*olhares sobre o Outro estariam impregnados do “estranhamento”, da dificuldade de emprestar significados e aceitar as diferenças. Ao mesmo tempo, tal relação é fundamental para a afirmação/reelaboração da própria identidade*”. (2003, p.433). Para Luciano:

Ora, identidade implica a alteridade, assim como a alteridade pressupõe diversidade de identidades, pois é na interação com o outro não idêntico que a identidade se constitui. O reconhecimento das diferenças individuais e coletivas é condição de cidadania quando as identidades diversas são reconhecidas como direitos civis e políticos, conseqüentemente absorvidos pelos sistemas políticos e jurídicos no âmbito do Estado Nacional. (2006, p.49)

O estranhamento é próprio das sociedades humanas e importante para a construção da identidade de cada indivíduo e grupo. No entanto, o problema é quando esse estranhamento vem acompanhado de etnocentrismos, universalismo, categorizações hierárquicas e binárias que excluem e marginaliza os diferentes.

## Capítulo 2

### **A Oficina Pedagógica: “História Indígena em sala de aula”**

Para combater o preconceito, discriminação e desconstruir estereótipos sobre as populações indígenas é preciso construir novas ideias e saberes sobre estas populações. Isso se faz transformando a escola em um lugar de debate, de apresentação de outros olhares, de pluralidade, com atividades que sejam bem planejadas, com informações contextualizadas, que levem os estudantes a refletirem sobre suas práticas e representações.

Já discutimos algumas limitações dos livros didáticos, as representações dos alunos sobre os índios e como podem se constituir em obstáculos para o respeito à diversidade. Mas o que fazer para reverter esta situação? Como é possível a escola formar sujeitos críticos no mundo que valorizem e respeitem as diferenças? Um dos caminhos, certamente é buscar novos métodos de ensino, novas práticas educativas, novas formas de construção do conhecimento histórico e novas linguagens. Portanto, após analisar as representações dos alunos, o passo seguinte que seguimos foi o de estruturar o material e as atividades para serem trabalhadas na Oficina Pedagógica. Como assevera os PCN's,

Todo material, que no acesso ao conhecimento tem a função de ser mediador na comunicação entre o professor e o aluno, pode ser considerado material didático. Isto é, são materiais didáticos tanto os elaborados especificamente para o trabalho de sala de aula — livros-manuais, apostilas e vídeos —, como, também, os não produzidos para esse fim, mas que são utilizados pelo professor para criar situações de ensino. (1998, p.79)

Para trabalhar as questões indígenas em sala de aula houve a preocupação de encontrar um método que utilizasse diferentes fontes de linguagem e que facilitasse o entendimento e o aprendizado dos alunos. Dessa forma, resolvemos optar pelo modelo de ficha temática proposto por Oliveira (2011, p.204-209) que se constitui em um recurso didático composto por extratos de fontes históricas e propostas pedagógicas para o trabalho de leitura, análise e discussão do documento em sala de aula. A ficha temática apresenta a seguinte estrutura e os seguintes conteúdos: a) Referência bibliográfica; b) Identificação do tipo de documento histórico c) Contexto em que o documento foi produzido, localização no tempo e no espaço do tema tratado; d) Identificação do assunto central do Extrato; e) Transcrição literal de um trecho do documento; f) Palavras-chave; g) Glossário; h) Propostas pedagógicas: sugestões metodológicas para que os professores possam utilizar o recurso recomendado em sala de aula. Dividido em duas partes: a primeira apresenta um roteiro de atividades focado na leitura, análise e discussão do Extrato; já segunda traz indicação de temas para pesquisa (extraclasse) e de questões para debate que favorecem uma percepção das mudanças e permanências, e das diferenças e semelhanças entre o passado e o presente. i) Recursos didáticos auxiliares; j) Indicações bibliográficas.

A fonte primária escolhida é um trecho sobre os índios Caiapós e Acroás do livro “Viagens á Província de Goiás” escrito pelo viajante, botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, no século XIX. A escolha do documento se justifica, pois trata dos Caiapós e Acroás, etnia indígena que habitou na região do Planalto Central da qual os estudantes fazem parte, sendo no nosso entender, um documento significativo por tratar de uma realidade próxima do universo cultural e geográfico do aluno. Também o critério foi definido pelo texto ser acessível a faixa etária dos estudantes e ser capaz de motivar interesse no tema de estudo selecionado.

A oficina foi realizada no dia 10 de maio para 2013 para 32 alunos do 8º ano do ensino fundamental. A seguir o modelo da ficha temática produzida para orientar as atividades da oficina.

### FICHA TEMÁTICA

FONTE: SAINT-HILAIRE, Auguste de. Os índios Caiapós. In: _____ <i>Viagem a Província de Goiás</i> . Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed: da Universidade de São Paulo, 1975, p.59-72.
--

**TIPO DE FONTE:** Relato de viagem

**CENÁRIO:** Durante sua viagem ao Brasil, o botânico e naturalista Saint- Hilaire esteve na região do Planalto Central mais precisamente no Estado de Goiás, no ano 1819, onde encontrou os índios Caiapós. Após este contato, ele registrou suas impressões sobre aspectos dos costumes dessas populações indígenas e suas relações com os portugueses. Quando voltou para Europa ele reuniu os relatos realizados na obra *Viagem a Província de Goiás*.

**EXTRATO:**

Desde os primeiros tempos da descoberta de Goiás, os aventureiros que se espalharam por estas terras fizeram contra os índios as mais temíveis crueldades, e estes se vingaram muitas vezes por meio de represálias não menos terríveis. O governo português, geralmente generoso em relação aos índios, tomou-os sob sua proteção, expedindo ordens para que fossem tratados com doçura, mandando chamar jesuítas para que os catequizessem e civilizassem, determinando que não fosse poupada nenhuma despesa e se fizesse um inquérito contra os seus carrascos.

É grande, porém, a distância entre Lisboa e Goiás, e essas medidas bem-intencionadas não surtiram nenhum resultado. [...] Não obstante, foram fundadas algumas aldeias.[...] Inicialmente, foi confiada a direção dessas aldeias aos jesuítas, que logo exerceram sobre os Acroás, ali reunidos uma enorme influência. Todavia, cinco anos mais tarde foi instalada uma guarnição militar junto aos indígenas. Estes se revoltaram e a maioria foi massacrada. [...]

O capitão-geral mandou construir para todos eles, a 11 léguas da capital, uma aldeia que recebeu o nome de Maria, em honra de D. Maria I, Rainha de Portugal. Ali se instalou uma população composta de 600 Caiapós [...] Habitados nas matas a dormir em choças, nas quais só podem entrar agachados, os índios acharam muito frias as casas de teto alto e cobertas de telhas que lhe foram reservadas, e eles próprios construíram outras, mais baixas, a poucos passos da aldeia.

O cabo-comandante tem autoridade para punir os índios, amarrando os homens ao tronco e aplicando a palmatória nas mulheres e crianças. Os Caiapós cultivam a terra em comum, trabalhando cinco dias por semana, sob a supervisão do pedestre. A colheita é recolhida aos armazéns da aldeia e em seguida distribuída, pelo cabo-comandante, entre as famílias indígenas, de acordo com a necessidade de cada uma.

[...] Os índios se sentem insatisfeitos e fogem para as matas. São perseguidos e recapturados, mas tornam a fugir. Um único padre da Companhia de Jesus governava às vezes milhares de índios, enquanto que dezessete soldados mal conseguem manter reunidos duzentos Caiapós, sem nenhuma utilidade para o Estado e quase nenhum proveito para eles próprios.

[...] Os Portugueses transmitiram doenças venéreas aos Caiapós. Como estes não têm como se tratar, tudo indica que essas doenças vão contribuir para seu extermínio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização, Evangelização, Caiapós e Acroás, Revolta indígena.

**GLOSSÁRIO:**

**Acroás:** Tribo indígena que habitava a região da Província de Goiás.

**Botânico:** Na época, era o indivíduo que se dedicava ao estudo da vida das plantas.

**Inquérito:** Ato ou efeito de inquirir, interrogar, perguntar, pesquisar; designa o conjunto de atos que têm por objetivo de descobrir e apurar a verdade de fatos que foram ditos ou acusações

**Léguas:** Medida de comprimentos grandes antiga, de valor variável (2 e 7 Km)

**Naturalista:** Que estuda ciências naturais.

**Pedestre:** Tipo de militar

**Represálias:** Ação contrária a uma pessoa que tem como objetivo uma vingança por uma ofensa ou para se compensar por algum transtorno ocasionado pela mesma.

**VENÉREAS :** referente a doença sexualmente transmissível.

**PROPOSTAS PEDAGÓGICAS:**

**1º) Introdução**

- Perguntas: O que vocês aprenderam sobre os índios do período colonial? E sobre os europeus que vieram colonizar o Brasil no século XVI? Como eram as relações dos portugueses com os indígenas na época da colonização? Anotamos algumas respostas dos alunos no quadro.
- A partir das respostas dadas pelos alunos sobre os indígenas brasileiros do período colonial construímos novos conhecimentos especificamente sobre os caiapós por meio da apresentação do trecho do documentário “A invenção de Brasília”, feito em 2001 pela TV Cultura, dirigido por Renato Barbieri, tendo como pesquisador e roteirista o professor de História do Brasil da Universidade de Brasília, Victor Leonardi. O vídeo tem a narração da atriz Fernanda Montenegro e reúne imagens da época e encenação de trechos da história de Brasília. Aborda aspectos importantes das populações indígenas, dentre eles os caiapós e os araós, que viviam no cerrado do Planalto Central antes da construção da capital. Escolhemos um extrato que trata especificamente desse assunto (entre os 1m 20 s e 10m e30s), tendo a duração de aproximadamente 9 minutos.
- Em seguida, apresentamos, com o uso de um computador e um projetor multimídia, a biografia de Saint-Hilaire. Esta apresentação ajudou aos estudantes identificarem o tipo de fonte histórica, data e local de sua produção, conteúdos/temas, autoria, formas de divulgação e condições de produção.

**2º) Leitura do extrato e decomposição de seus elementos:**

- Fizemos uma leitura conjunta com os alunos do extrato da fonte primária e identificamos termos desconhecidos.

### 3º) Interpretação do extrato:

Questões que debatemos:

- Como o autor trata o governo português?
- Porque o autor trata o governo português dessa forma?
- Como os índios agem diante dos portugueses?
- O que aconteceu com eles?
- O que isso mostra das relações dos portugueses com os índios na época da colonização?

### 4º) Estabelecendo relações entre o presente e o passado:

#### Os estudantes assistiram aos vídeos:

<https://www.youtube.com/watch?v=WUsnbHz0GD8>

<http://www.youtube.com/watch?v=ZTudqDTvjkY>

O primeiro vídeo traz depoimentos de índios Gurani-Kawawá (MT) e Nhanderu (MS) sobre a morosidade nas demarcações de suas terras e os conflitos com os fazendeiros da região que remontam a década 70. Também relata as violências sofridas por essas etnias por parte de pistoleiros e funcionários de fazendeiros rurais da região. No caso da etnia Nhanderu localizada em Rio Brillhante- MS, está cercada por plantações de soja e cana-de-açúcar.

O segundo vídeo é uma reportagem da TV do Ministério Público Federal que discute a questão indígena, o direito à terra, à saúde, à educação e à cultura pelos índios abordando as dificuldades enfrentadas pelas populações indígenas e o longo processo para a efetivação da demarcação de terras no Brasil, focando na luta da etnia kraô kanela, no oeste do Tocantins.

#### • Respondam as seguintes questões:

- Os direitos indígenas são respeitados atualmente? Porque ?
- Vocês acham que os índios devem ter direitos? Porque?
- Quais informações no documentário “A invenção de Brasília” podem ajudar nesse debate?
- Quais semelhanças e diferenças entre os índios descritos por Sanit-Hilaire e os mostrados nos vídeos?

- **Objetivos:** a) Discutir com os alunos o que é ser índio hoje; b) Possibilitar uma leitura crítica do documento ao compreender que ele foi escrito a partir de um olhar, interesses, valores, intencionalidades, permitindo aos alunos perceberem como os discursos históricos são construídos; c) Possibilitar aos alunos perceberem as relações entre as imagens produzidas sobre os índios e portugueses no passado e suas ligações com o presente, no jogo das permanências e mudanças próprias da história; d) Discutir a importância de respeitar a diversidade, os direitos indígenas, a alteridade, costumes e

pluralidade de indivíduos e grupos.

### RECURSOS DIDÁTICOS AUXILIARES:

BRASIL. Constituição Federal Brasileira, artigo 231; **LEI Nº 11.645, de 10 de Março de 2008.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>  
Acesso em: 6 de mai.2013.

Declaração de Direitos Humanos. Disponível em:  
<[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>  
Acesso em: 6 de mai.2013.

#### • Indicações Bibliográficas:

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central*. Brasília: Solo, 1994.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

MARKUS, Cledes. *Identidade étnica e educação escolar indígena*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, da Universidade Regional de Blumenau – FURB Blumenau. 2006.

A intenção do uso de trecho do documentário “A invenção de Brasília” foi a de debater com os estudantes a existência de populações indígenas do Planalto Central, os caiapós e araós, antes da construção da capital. Além disso, o documentário é muito apropriado, pois é preciso recordar que “a cultura contemporânea é cada vez mais visual, e isso fortalece todas as formas de comunicação que têm por base ou exploram a imagem” (FEIJÓ, 1997, p.08). Após a exibição do vídeo indagou-se a respeito de quais informações e representações o documentário apresentava sobre os índios e as relações destes com o Estado e com os fazendeiros/moradores da região: *O que vocês sabem a respeito dos índios da época colonial? E sobre os europeus que vieram colonizar o Brasil no século XVI? Como eram as relações dos portugueses com os indígenas na época da colonização?* Algumas respostas foram anotadas no quadro para serem discutidas posteriormente.

Passamos para a análise do extrato da fonte. Primeiro, apresentamos uma biografia de Saint- Hilaire, explicamos aos alunos o contexto histórico do autor e onde essa fonte foi produzida. A ideia era que os alunos tivessem acesso a uma fonte primária, mas entendessem

seu contexto e problematizações, sem tomá-la com verdade. Compreendendo que a documentação ao refletir situações vivenciadas, posições políticas e institucionais trará uma significação determinada pela maneira de ver o mundo próprio daquela época e lugar.

A partir daí foi realizada uma leitura do documento, esclarecendo as dúvidas dos estudantes a respeito dos vocábulos utilizados pelo autor por meio de um glossário com termos que poderiam ser desconhecidos. O ideal seria pedir para os estudantes realizarem uma pesquisa sobre essas palavras. No entanto, por falta de tempo, levamos os significados dos verbetes que acreditávamos que pudessem gerar dúvidas já prontos. Todavia, tínhamos um dicionário para sanar qualquer dúvida referente a outras palavras.

A utilização de documentos de época permite ao aluno experimentar a alteridade por meio do vocabulário. Por essa razão, durante o debate atentamos que muitos significados atribuídos as palavras são diferentes do presente. Diversos termos podem ser antigos, entretanto, seus sentidos atuais representam rupturas e diferenças. Em relação aos significados que possuíam em outros contextos históricos, frisamos que em uma mesma época uma palavra pode ser apropriada de maneiras distintas conforme as conjunturas sociais e culturais. As mudanças de significados, por exemplo, possibilitam o aluno compreender que não existe um sentido atemporal e universal, baseado numa continuidade das palavras cujos significados não permanecem constantes.

As propostas pedagógicas com a fonte se dividiu em duas partes. A primeira contém um roteiro de atividades focado na leitura, análise e discussão do extrato do documento. No trabalho de análise do extrato fizemos perguntas que buscavam ler o documento como problematização e não mera ilustração. Em geral, na sala de aula, o documento aparece como verdade histórica ou um adereço, não um problema. O trabalho com o documento, nesse sentido, pode favorecer a introdução do aluno no método histórico, levar a superação compreensão do documento como prova do real. Dessa forma, as perguntas que propomos a fonte podem contribuir para desenvolver uma autonomia intelectual do educando capaz de propiciar uma análise crítica do documento identificando os discursos que atribuí sentidos a determinados assuntos relacionando-os as práticas sociais da época, as suas condições de produção. **Como o autor trata o governo português? Porque o autor trata o governo português dessa forma? Como os índios agem diante dos portugueses? O que aconteceu com eles? O que isso mostra das relações dos portugueses com os índios na época da colonização?**

Os alunos tiveram que responder um questionário com as questões acima citadas para analisarmos os saberes construídos pelos alunos após análise das fontes. Segundo os PCN's:

O professor deve identificar a apreensão de conteúdos, noções, conceitos, procedimentos e atitudes como conquistas dos estudantes, comparando o antes, o durante e o depois. A avaliação não deve mensurar simplesmente fatos ou conceitos assimilados. Deve ter um caráter diagnóstico e possibilitar ao educador avaliar o seu próprio desempenho como docente, refletindo sobre as intervenções didáticas e outras possibilidades de como atuar no processo de aprendizagem dos alunos. (1998, p.62)

Na primeira questão **“Como o autor fala do governo português?”** 95% dos estudantes conseguiram identificar a forma com a qual o autor tratava o governo português, ou seja, generoso com os índios, bom, justo, gentil, que protegeu e defendeu os indígenas. Também percebeu que, segundo Hilaire, o governo oprimiu e explorou os índios, mas que se tratou de uma atitude à revelia do Estado luso e que foi uma arbitrariedade cometida pelos funcionários régios. Dessa forma, ao tomar conhecimento da situação os Estado expediu ordens que protegiam os índios e puniam os carrascos. É uma forma de assumir que houve violência contra os indígenas, mas que esta não era uma orientação estatal.

Na questão **“Porque o autor trata o governo português dessa forma?”** 98% dos alunos reponderam que o discurso de defesa dos portugueses por Saint-Hilare relacionava-se a sua origem europeia e que refletia o ponto de vista dos europeus a partir do imaginário de um colonizador.

Na pergunta **“Como os índios agem diante dos portugueses?”** 96 % dos discentes disseram que os índios reagiram contra o tratamento que julgavam injusto e resistiram a dominação portuguesa por meio da estratégia de fugir para as matas e ao ser capturados fugirem novamente. Ao perguntamos quais as consequências da desobediência indígena: **“O que acontecem com os índios que não obedecem e se revoltam?”** Todos os educandos conseguiram identificar que os índios foram escravizados ou exterminados. Mas mesmo assim, continuaram resistindo à sua maneira ao controle português.

Nas respostas da questão: **“O que isso mostra das relações dos portugueses com os índios na época da colonização?”** percebemos que os alunos evidenciam que a colonização envolvia interesses econômicos: *“eles queriam comércio e ouro”*; *“mostra que os portugueses não eram amigos, eles só queriam as coisas dos índios”*; *“que os portugueses não queriam a amizade dos índios, só queriam o que os índios tinham a oferecer”*; *“eles queriam o comércio e todo o ouro dos índios e abusavam da exploração do pau-brasil”*; *“mostra que os portugueses só queriam explorar”*; *“tirar a terra dos indígenas, matá-*

*los, ficar com a terra dos indígenas*”. Apesar das respostas refletirem uma certa “demonização” dos portugueses, elas são importantes para percebermos que os alunos experimentaram a perspectiva dos índios, dos que tiveram suas terras usurpadas, suas riquezas subtraídas e sofreram um processo de etnocídio por meio da violência contra aqueles que ousaram se rebelar e se opor aos projetos e interesses europeus.

Também foi importante para que os estudantes percebessem as intencionalidades que fundamentavam o discurso de Saint- Hillare, apesar das respostas pouco profundas, elas já demonstram uma análise crítica da fonte. Isso é fundamental, se pensarmos que os alunos estão aprendendo história e não dominam o contexto em que o documento foi produzido e não possuem a mesma formação e aporte teórico de um historiador.

Já a segunda parte das propostas pedagógicas traz indicação de temas para pesquisa (extraclasse) e de questões para debate que favorecem uma percepção das mudanças e permanências e das diferenças e semelhanças entre o passado e o presente. Para estas relações foram escolhidos alguns vídeos (ver ficha temática). O primeiro vídeo traz depoimentos de índios Gurani-Kawawá (MT) e Nhanderu (MS) sobre a morosidade nas demarcações de suas terras e os conflitos com os fazendeiros da região que remontam a década 70. Também relata as violências sofridas por essas etnias por parte de pistoleiros e funcionários de fazendeiros rurais da região. No caso da etnia Nhanderu localizada em Rio Brilhante- MS, está cercada por plantações de soja e cana-de-açúcar. O segundo vídeo é uma reportagem da TV do Ministério Público Federal que discute a questão indígena, o direito à terra, à saúde, à educação e à cultura pelos índios abordando as dificuldades enfrentadas pelas populações indígenas e o longo processo para a efetivação da demarcação de terras no Brasil, focando na luta da etnia kraô kanela, no oeste do Tocantins.

A intenção dessa proposta pedagógica foi mostrar aos alunos que práticas e representações relacionadas as populações indígenas do período colonial ou do século XIX são importantes referenciais de análise para compreendermos, por aproximações ou distanciamento com nós próprio lidamos com o nossos dilemas sociais. O imaginário da conquista, ao mesmo tempo tão longe e tão perto de nós, é uma referencia imprescindível para o entendimento das nossas relações atuais com os índios. Também para refletirem “que os problemas atuais e cotidianos na podem ser explicados unicamente a partir de acontecimentos restritos ao presente. Requerem questionamentos ao passado, análises e identificações de relações e vivências sociais no tempo” (PCN’s, 197/1998, p.45). Após a exibição das

reportagens e debates utilizando o artigo 231 Constituição Federal de 1988, os artigos referentes aos direitos indígenas, fizemos as seguintes perguntas para que eles respondessem por escrito: **os direitos indígenas são respeitados atualmente? Porque ?Vocês acham que os índios devem ter direitos? Porque? Quais informações no documentário “A invenção de Brasília” podem ajudar nesse debate? Quais semelhanças e diferenças entre os índios descritos por Sanit-Hilaire e os mostrados nos vídeos?**

Na primeira questão, **“Os direitos indígenas são respeitados atualmente? Porque?”** *“Não. Porque eles sofrem muito preconceito”; “não porque eles foram expulsos das próprias terras”; “Não. Porque o governo brasileiro toma suas terras de direitos para oferecer aos fazendeiros.”; “Não porque as pessoas acham que os índios não tem valor”; “Não porque hoje em dia o governo está tirando a terra dos índios.”; “Não. porque eles são expulsos das suas terras”; “Não porque hoje em dia o governo está tirando a terra dos índios e dando para os fazendeiros.”; “Não, por que eles foram expulsos dos sua terras,”; “Não. Porque o governo e as pessoas não respeitam os índios.”*. Dessa maneira, apesar das respostas ainda refletirem uma dificuldade dos estudantes compreenderem a diferença entre o Estado não demarcar e tirar as terras dos índios compreendem que atualmente ainda há desrespeito e não cumprimento pelo governo do Art. 231 da Constituição Federal de 1988 no qual assevera que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do

Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

Percebe-se que a demarcação das terras e o direito de posse dos indígenas sobre elas é algo indiscutível, entretanto, na realidade, aplicação destes é precária ou inexistente em alguns casos. Durante a oficina o desrespeito a constituição foram debatidos e pelas repostas, percebemos que eles entenderam a importância desta lei para a proteção dos indígenas e a necessidade que o governo cumpra a Constituição.

Discutir os direitos indígenas com os estudantes é de suma importância, visto que, auxiliamos na construção do aluno como sujeito crítico e cidadão. De acordo com Luciano,

São muitos os desafios enfrentados pelos povos indígenas para garantirem efetivamente os seus direitos de posse e exclusividade às suas terras tradicionais, por causa de invasões, degradações, reduções, arrendamentos e impedimentos de posse por forças de liminares judiciais. Nos últimos anos, cresceu assustadoramente a interferência do Poder Judiciário nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas, com a tendência de ele se tornar o mais novo aliado das elites políticas e econômicas contra os direitos dos povos indígenas, apesar da clareza com que esses direitos estão assegurados na Carta Magna do país. (2006, p.116)

Nas falas “*Não, porque hoje em dia os índios não têm mais direitos de suas famílias são expulsos de suas terras e vão morar nas beiras de ruas*”, notamos que houve a percepção de que muitas das etnias que vivem no espaço urbano, favelas e na beira de estradas e que dentre outros motivos, isso ocorre devido relações que se entrelaçam com a história colonial, aos conflitos agrários e econômicos, levando-os ao êxodo, assuntos debatidos na oficina questões sobre as vivências indígenas hoje no Brasil.

Também em suas repostas, os alunos demonstraram a aprendizagem da existência de órgãos voltados para defesa dos direitos indígenas, algo que antes do século XIX não existia: “*Sim, por que hoje em dia existem leis e uma secretaria especializadas nos direitos indígenas é a Secretaria dos Direitos Humanos. Mas nem sempre esses direitos são respeitados, pois os fazendeiros tentam ocupar as terras indígenas e chegam a ameaçar os índios com armas e até executá-los*”.

Na questão **“Vocês acham que os índios devem ter direitos e deveres? Porque?”** *“Sim. Porque eles são humanos como nós.”*; *“Sim? Por que eles são iguais a gente, são Seres humanos.”* *“Sim por que eles são seres humanos igual a nós”* *“Porque eles são seres humanos e devem ter seus direitos protegidos no mundo”* *“Eu acho porque eles são seres humanos igual a gente.”* *“Porque eles sofreram muito antes e depois por isso eles devem ser respeitados e ter direitos iguais a gente”* *“Sim, porque eles são seres humanos como a gente, e devem ter direitos e seus direitos devem ser respeitados por todos. Também eles tem de ter deveres que devem ser cumpridos”*; *“Sim porque eles também são gente”*; *“Sim. Porque são seres humanos e devem ser respeitados.”*. Visto que discutimos a relação entre os direitos indígenas atuais e a Declaração de Direitos Humanos, é muito interessante que as respostas pontuem a necessidade de respeitar os direitos indígenas e que eles possuam direitos, pelo fato de serem humanos.

Na questão **“Que informações o vídeo do início da aula que vocês assistiram trouxe para esse debate.”** *“Trouxe um entendimento e fez a gente vê o lado dos índios e ver e ouvir a versão dos indígenas.”*; *“Trouxe várias informações que eu não sabia”*. Por meio destes discursos, percebemos a importância de mostrar diferentes interpretações sobre um mesmo assunto para os alunos. Problematizar as diversas visões de um tema é essencial para a criticidade dos alunos. Nesse caso, procuramos dar voz ao índio e colocá-los como sujeitos históricos que narram e apresentam a sua história questionando as relações assimétricas de poder entre estes e os colonizadores e fazendeiros.

Na resposta: *“Que índio não é apenas um homem que mora na mata e anda pelado.”* Vemos a mudança de percepção a respeito do índio ser aquele que apenas mora na floresta. Dessa forma, conseguimos desconstruir preconceitos e agregar novos saberes. Essa desconstrução relativiza a ideia de que os todos índios estariam ainda presos em um passado mítico e distante, vivendo apenas dos recursos da natureza sem contato com o mundo externo, sem ter passado por transformações culturais.

Na pergunta **“Quais as diferenças entre os índios do passado e do presente** *“Hoje em dia eles conhecer seus direitos”*; *“que o índios não usavam tecnologia e hoje usam”*; *“que os índios antigos eram maltratados e os de hoje e mais maltratados ainda”*; *“que antes era escravizados e hoje em dia todo os índios estão vivendo entre a gente sem ser escravizados, mas continuam tendo seus direitos desrespeitados”*; *“os de antes eram muitos inocentes e não tinham direito a nada e agora eles já tem, só que continuam sendo massacrados.”*; *“as diferenças é que agora eles são mais respeitados do que antes e eles não querem os índios*

*como escravos. E sim com nós somos e eles são mais espertos e continuam sendo massacrados”; “As diferenças são poucas, só mesmo índios de hoje são um povo mais moderno que os do passado”; “hoje ele pode ter internet e vestir roupas, usar ternos. E antigamente ele andava pelado, não tinha roupa etc.. ”; “os índios do passado foram escravizados e os de hoje tem direito como nos todos”;“ hoje os índios estão mais evoluídos do que os de antigamente ”; “que os do passado sofriam mais que os de hoje em dia”.*

Nessas respostas observamos que persistem ainda no imaginário dos estudantes dificuldades de perceber as semelhanças e diferenças entre o presente e o passado das populações indígenas sem se utilizarem de termos reducionistas ou evolutivos, o que indica que uma oficina pedagógica deve ser um processo de aprendizagem e avaliações contínuas de como o aluno aprende, ou seja, deve existir um acompanhamento a cada aula-oficina e novas intervenções a partir dos resultados alcançados ou não.

No entanto, os dados mostram as ricas possibilidades de aprendizagem proporcionadas por uma Oficina Pedagógica como meio de mediação de saberes entre professor e aluno, caros para a construção do saber histórico. Como vimos, a Oficina pode contribuir de várias formas para a compreensão da alteridade, do respeito mútuo, da identidade dos alunos, “de construção de uma sensibilidade ou à consolidação de uma vontade de acolher a produção interna das diferenças e de moldar valores de respeito a elas” (PCN’s, 1997/1998,p.35) levando-os a serem mais críticos sobre as relações políticas, culturais e sociais do seu país, além de refletirem sobre diversos temas, que por muitas vezes são ignorados pela história “oficial”.

## Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p.69-90.

BRASIL. **LEI Nº 11.645, de 10 de Março de 2008.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) > Acesso em: 6 de jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e Quarto ciclos do ensino fundamental**. História. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTRO, Silva. **A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

CALEFFI, Paula. "O que é ser índio hoje?" **A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. Diálogos Latino americanos** Dinamarca: Aarhus Universitet. nº. 7, 2003, pp. 20-42.

FEIJÓ, Mario. **Quadrinhos em ação: um século de história**. São Paulo: Moderna, 1997.

FRIES, Patrícia Regina. **Oficina Pedagógica em uma abordagem transdisciplinar – repercussões na aprendizagem**. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Física, Programa de Pós- Graduação em Educação em Ciências e Matemática - Porto Alegre, 2007.

FURTADO. Cid. **Os indígenas e o dia do Índio**. Brasília: RRCK Comunicação&Marketing. Ano II. Nº 12, p.13, fev-mar 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_(org). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001, p.17-44.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1992.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: EDUC, dez. 1993.

NOVAES, Adauto (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 41.

OLIVA, Anderson Ribeiro . **A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática**. Estudos Afro-Asiáticos (UCAM. Impresso), Rio de Janeiro, v. 25, n.3, p. 421-461, 2003.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. **Representações das sociedades indígenas nas fontes históricas coloniais: propostas para o ensino de história**. Anos 90 (Online) (Porto Alegre), v. 18, p. 187-212, 2011.

PAVAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. **Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência**. Caxias do Sul: Conjectura, v. 14, n. 2, p. 77-88, maio/ago. 2009.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, p.39.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Os índios Caiapós. In: \_\_\_\_\_ *Viagem a Província de Goiás*. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed: da Universidade de São Paulo, 1975, p.59-72.

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje, v. 1,2, p. 213-223, 2012

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

### **Declaração de Autenticidade**

Eu, Fernanda Nardes da Trindade, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Representações dos índios na escola: a experiência de uma oficina pedagógica* foi integralmente por mim redigido, e que assinei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 26 de julho de 2013,

---

## **ANEXOS**

### **Questionários.**

#### **Questionário alunos**

**1.O que é índio para você?**

**2. Durante suas aulas o que você aprendeu sobre os índios?**

**3. Você consegue encontrar material relacionado a história indígena nos seus livro didático? Se sim. O que?**

**4. Na sua escola existe algum dia ou atividade que trabalhe com a figura do índio?**

**Se sim. O que?**

5. Você sabia que aqui no Planalto Central vivem povos indígenas?

6. Você já estudou a história dos índios do Planalto Central? Se sim. Quais?

7. Você acha importante estudar a história indígena do Planalto Central? Por que?

8- Observe as figuras abaixo e responda:



( 1 )



(2)



( 3 )



( 4 )

Das figuras acima quais que você considera ser índio(a) ? Porque ?

9. Desenhe um índio abaixo.

**Questionário sobre a fonte::**

1. Como o autor falar do governo português?

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Porque o autor trata o governo português dessa forma?

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Como os índios agem diante dos portugueses?

---

---

---

---

---

---

---

---

4. O que acontecem com os índios que não obedecem e se revoltam?

---

---

---

---

---

---

---

---

5. O que isso mostra das relações dos portugueses com os índios na época da colonização?

---

---

---

---

---

**Questionário sobre os vídeos:**

6. Os direitos indígenas são respeitados atualmente? Porque ?

---

---

---

---

---

---

7. Vocês acham que os índios devem ter direitos e deveres? Porque?

---

---

---

---

---

---

8. Que informações o vídeo do início da aula que vocês assistiram trouxe para esse debate.

---

---

---

---

---

---

9. Quais as diferenças entre os índios do passado e presente?

---

---

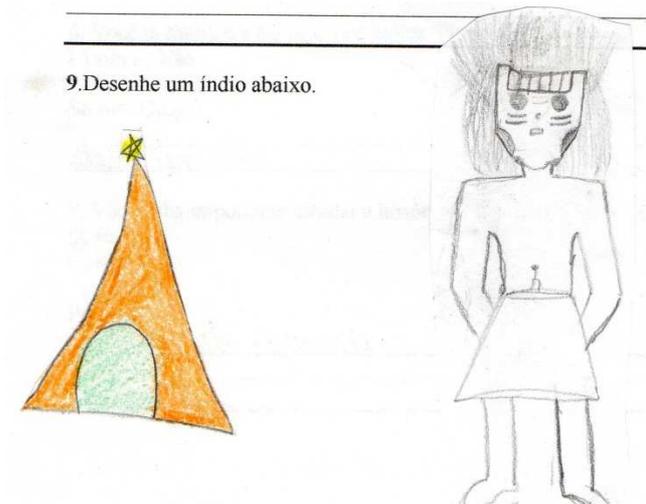
---

---

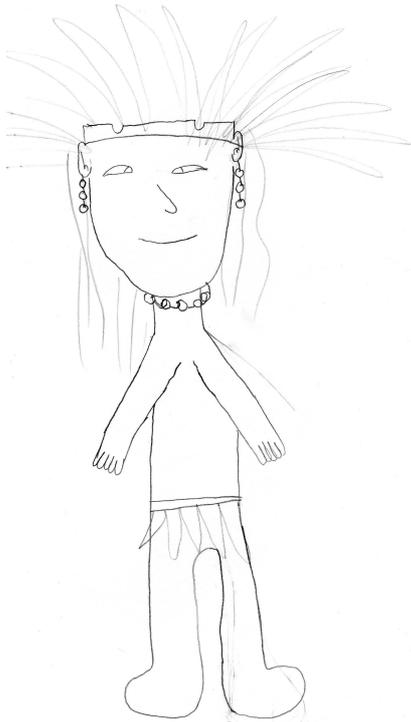
---

---

**Desenhos feitos pelos alunos no primeiro questionário**

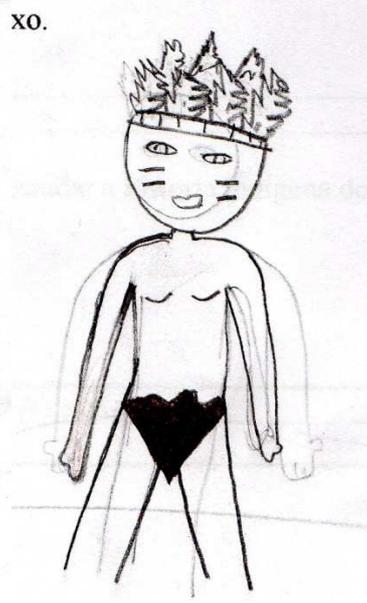


9. Desenhe um índio abaixo



9. Desenhe um índio abaixo.

x0.



9. Desenhe um índio abaixo



Fotos tiradas no dia da aplicação da Oficina Pedagógica, no dia 10 de maio 2013

